



A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**  
Nome: Jean Carlos Almeida Cordoval  
E-mail: [contatejean@gmail.com](mailto:contatejean@gmail.com)  
Instituição: Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, Brasil

Submetido: 30/06/2020  
Aprovado: 22/07/2020  
Publicado: 08/10/2020

[doi> 10.20396/rho.v20i0.8660280](https://doi.org/10.20396/rho.v20i0.8660280)  
e-Location: e020039  
ISSN: 1676-2584



## O PROGRAMA PROJovem URBANO: PERCURSOS DE UMA PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Jean Carlos Almeida Cordoval<sup>1</sup>

Samira Saad Pulchério Lancillotti<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo tem por objeto o Programa Projovem Urbano, que se insere no bojo das políticas de governo implementadas no Brasil, durante décadas, para a Educação de Jovens e Adultos. Pretende-se evidenciar que o referido Programa promove ações antagônicas à emancipação, restringindo-se a certificações aligeiradas e precárias que nada modificam a condição de subalternidade e expropriação da juventude trabalhadora. As fontes da análise são documentos e produções bibliográficas que abordam a Educação de Jovens e Adultos, bem como o Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano. São tomados por referência trabalhos que se assentam na teorização marxista acerca do trabalho. Verificou-se que o Programa se inclui no emaranhado de políticas neoliberais que visam à regulação da educação pelo mercado como prática socialmente estabelecida pelo capital, principalmente no que tange a reprodução da força de trabalho e o disciplinamento para o exercício de atividades laborais simplificadas por meio do conhecimento fragmentado e de certificação precária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação de jovens e adultos. Projovem Urbano. Juventude trabalhadora.



## THE PROJOVEM URBANO PROGRAM: PATHWAYS OF A PROPOSAL FOR YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA)

### Abstract

The present study has as its object the Projovem Urbano Program, which is part of the government policies implemented in Brazil for decades for the Education of Youth and Adults. It is intended to show that this Program promotes actions antagonistic to emancipation, restricting itself to the light and precarious certifications that do not change the condition of subalternity and expropriation of working youth. The sources of the analysis are documents and bibliographical productions that address the Education of Youth and Adults, as well as the Integrated Pedagogical Project of Projovem Urbano. Works based on Marxist theorization about work are taken as reference. It was found that the Program is included in the tangle of neoliberal policies aimed at regulating education by the market as a socially established practice by capital, especially with regard to the reproduction of the workforce and discipline for the exercise of simplified work activities through fragmented knowledge and precarious certification.

**Keywords:** Youth and adult education. Projovem Urbano. Working youth.

## EL PROGRAMA PROJOVEM URBANO: CAMINOS DE UNA PROPUESTA PARA LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS (EJA)

### Resumen

El presente estudio tiene por objeto el Programa Projovem Urbano, que forma parte de las políticas gubernamentales implementadas en Brasil durante décadas para la Educación de Jóvenes y Adultos. Se pretende demostrar que este Programa promueve acciones antagónicas a la emancipación, limitándose a ofrecer ligeras y precarias certificaciones que no cambian la condición de subalternidad y expropiación de los jóvenes trabajadores. Las fuentes del análisis son documentos y producciones bibliográficas que abordan la Educación de Jóvenes y Adultos, así como el Proyecto Pedagógico Integrado de Projovem Urbano. Las obras basadas en la teorización marxista sobre el trabajo se toman como referencia. Se constató que el Programa está incluido en la maraña de políticas neoliberales destinadas a regular la educación por el mercado como una práctica socialmente establecida por el capital, especialmente en lo que respecta a la reproducción de la fuerza de trabajo y la disciplina para el ejercicio de actividades laborales simplificadas a través de conocimientos fragmentados y certificación precaria.

**Palabras clave:** Educación para jóvenes y adultos. Projovem Urbano. Juventud trabajadora.



## INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se constitui como uma modalidade de ensino para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos, bem como, instrumento para “educação e aprendizagem ao longo da vida”<sup>3</sup>. Assim sendo, pondera-se que as políticas implementadas para essa modalidade educacional devem atender as necessidades daqueles que, por motivos diversos, são desvalidos de escolarização ou que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade própria.

Outrossim, considera-se que compreender a heterogeneidade do público que demanda a EJA é, indubitavelmente, relevante nas proposições instituídas pelo Estado para atender aos interesses da classe trabalhadora jovem, na multiplicidade de circunstâncias e na dinâmica social contemporânea em que essa diversidade se estabelece.

No entanto, percebe-se que as discussões acerca da Educação de Jovens e Adultos têm perdido fôlego nos últimos anos, o que corrobora para fragmentação de ações que evidenciam o caráter sazonal e transitório de políticas de governo, alheias aos interesses e expectativas da classe trabalhadora.

Ademais, a precariedade da formação, que é fulcrada na suposta autonomia do estudante e evidenciada pela certificação aligeirada, marcou os diversos Projetos e Programas Federais, endossados pelos discursos de inclusão social, elevação da escolarização e rápida qualificação para o mercado de trabalho.

Nesse contexto, instaura-se no ano de 2008 o PROJOVEM INTEGRADO, desenvolvido por meio de quatro modalidades, Projovem Adolescente, **Projovem Urbano**<sup>4</sup>, Projovem Campo e Projovem Trabalhador, consolidando-se a partir de uma reorganização estrutural da proposta pedagógica implantada em 2005<sup>5</sup>, com vistas a promover a inclusão social de jovens brasileiros de 18 a 29 anos e sua re-inserção na escola e no mundo do trabalho, propiciando-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania. (BRASIL, 2008, p. 14).

O Projeto Pedagógico Integrado (PPI) no qual se insere o Projovem Urbano pretende-se inovador no que tange a concepção de Qualificação Profissional pela sua organização em arcos ocupacionais que contemplam o planejamento, a produção e a comercialização de bens e serviços, objetivando que o jovem se prepare para ser empregado, mas também pequeno empresário ou sócio de cooperativa.

Sua proposta pedagógica ainda inclui a Formação Técnica Geral (FTG), que aborda aspectos teóricos e práticos de relevância para qualquer curso profissionalizante, assim como o Projeto de Orientação Profissional (POP), de cunho reflexivo, que visa auxiliar o estudante na compreensão da dinâmica do mundo do trabalho e planejar o percurso de sua formação profissional. (BRASIL, 2008, p. 72).



Contudo, percebe-se que esse conjunto de iniciativas coloca em voga a desqualificação profissional como um dos principais motivos da baixa produtividade e da volubilidade das taxas de desemprego juvenil, além de centrarem-se nos discursos de inclusão social a partir da qualificação profissional, cujos pressupostos fortalecem os princípios de mercado.

Dessa perspectiva, este trabalho tem por finalidade a descrição e análise crítica do Projeto Pedagógico Integrado Projovem Urbano sinalizando em um plano geral, sua origem, seus objetivos, organização, possibilidades e limites. São fontes da discussão documentos oficiais e algumas produções científicas que discorrem acerca dessa proposta, toma-se por referência estudos do campo marxista acerca do trabalho.

## PRERROGATIVAS DO CAPITAL DESDE A IMPLANTAÇÃO DO PROJOVEM

Na dinâmica da sociedade capitalista, em que a força de trabalho torna-se mercadoria de troca e a formação para o trabalho um sinônimo de empregabilidade, constata-se a necessidade de romper com a educação aligeirada que atenta apenas ao imediatismo do mercado de trabalho e não à formação integral do estudante da EJA.

Observa-se que essa modalidade de ensino está direcionada para o contingente mais empobrecido da classe trabalhadora, àqueles desvalidos de escolarização por motivos diversos, que se sujeitam às condições mais adversas com vistas à venda de sua força de trabalho para garantir sua subsistência e a de seus familiares. Sob a lógica do capital, Marx e Engels (1998, p. 46) apontam:

[...] a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, constrangidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, todas as flutuações do mercado.

A partir dessa perspectiva, é possível assimilar que as políticas implementadas na educação de jovens e adultos estão sob a influência socioeconômica do sistema capitalista, subordinando as práticas educativas para assegurar seus interesses e garantir sua hegemonia em detrimento da constituição humana do estudante. Sobre a educação popular e a educação de adultos, Paiva (1987, p. 22-23) anota:

[...] a história da educação nos mostra que, sempre que as crises aparecem, a atuação educativa – essencialmente a educação das massas – adquire uma importância toda especial e os grupos comprometidos na luta política lançam-se ao campo educacional com a esperança de fortalecerem, através dele, suas respectivas posições. [...] A importância da educação como instrumento ideológico poderoso é muito clara tanto para quem detêm o poder quanto para aqueles que pretendem disputá-lo.

Compreende-se diante desse contexto, o aspecto utilitarista das políticas de governo, no âmbito educacional, como forma de garantir os interesses da classe dominante e das condições



de controle social, principalmente quando propagado o discurso de articulação da EJA com a educação profissional e, ainda, que os elevados índices de desemprego juvenil estão associados à baixa qualificação profissional. Assim, as políticas de governo assumem o papel da inclusão de jovens e adultos da classe trabalhadora, em razão do desemprego, por meio de projetos e programas que ratificam a teoria do capital humano no que tange a concepção de qualificação profissional<sup>6</sup>.

Nessa perspectiva, surge em 2005 o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), regulamentado pelo Decreto n. 5.557, de 05 de outubro de 2005, com a justificativa, pelo Estado, de “[...] investir em uma política nacional integrada [...] criar condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil.” (BRASIL, 2008, p. 13). Embora a proposta pedagógica tenha sido concebida como inovadora, demonstrou fragilidades em sua operacionalização, principalmente ao não coadunar com os interesses dos estudantes trabalhadores e as peculiaridades das regiões do país.

Importa-se salientar que a perspectiva inicial lançada na proposta do Programa, apresentado como emergencial e experimental, voltava-se estritamente para o “[...] segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas vigentes [...]”, jovens com idade de 18 a 24 anos que não concluíram a etapa do ensino fundamental e que não tivessem “[...] vínculos formais de trabalho.” (BRASIL, 2008, p. 21).

Inicialmente, a meta estabelecida pelo Projovem era atender o quantitativo equivalente a duzentos mil jovens, no período que compreendeu os anos de 2005 a 2008, com atuação em todas as capitais do país e no Distrito Federal. No ano de 2006 o atendimento foi estendido, também, aos municípios das regiões metropolitanas com a oferta de Formação Básica, Qualificação Profissional e Ação Comunitária. Acerca do processo que envolveu a implantação do Projovem, apontam Rummert e Gaspar (2017, p. 399):

O programa surge em meio a um processo de correlações de forças em que se tornam cada vez mais prementes as necessidades de controle social sobre uma parcela da população praticamente ignorada, até então, pelas anteriores políticas de governo. De modo geral, podemos afirmar que o PROJOVEM colocou a juventude no centro de uma discussão em que a desqualificação profissional era apresentada como um dos principais motivos da baixa produtividade e da crescente oscilação das taxas de desemprego juvenil, bem como causa do vertiginoso crescimento dos considerados grupos perigosos para a sociedade.

Com essas considerações os autores evidenciam o dismantelamento das políticas destinadas ao segmento juvenil, especialmente, em ações que nada corroboram para mudar a condição de submissão e expropriação da classe trabalhadora jovem. Assim, sob a suposta pretensão de promover o resgate para os excluídos de oportunidades educacionais, por meio da oferta da educação básica e qualificação profissional, surgem no bojo das propostas governamentais diversos programas que se transfiguram apenas na aparência, mas permanecem



com a mesma essência, fundada no ideário capitalista, de atender majoritariamente aos interesses de mercado.

Outro aspecto caracterizado no funcionamento do Projovem Original é a carga horária destinada a Formação Básica (800 horas), Qualificação Profissional (350 horas) e Ação Comunitária (50 horas), totalizando mil de duzentas horas de atividades presenciais que somadas às quatrocentas horas não presenciais, compunham a carga horária total de mil e seiscentas horas. Aos estudantes jovens e adultos matriculados era concedido mensalmente um auxílio financeiro no valor de R\$ 100,00, ao longo de 12 meses, que se condicionava a 75% de sua frequência nas atividades presenciais em cada unidade formativa e a entrega de 75% dos trabalhos escolares previstos para cada mês. (BRASIL, 2008, p. 23).

É importante, para os objetivos deste estudo, retomar as discussões de Paiva (1987) sobre movimentos históricos acerca da educação de jovens e adultos a fim de compreender as atuais políticas governamentais de caráter transitório e assistencialista. Toma-se, como exemplo, o assistencialismo da ação comunitária da Cruzada ABC operacionalizada com o apoio do MEC e a USAID no ano de 1967, em que a base do apoio comunitário consistia na distribuição quinzenal de alimentos.

Segundo a pesquisadora, embora alguns líderes paternalistas afirmassem que tal ação não se configurava como esmola, mas uma espécie de ajuda de custo paga pelo esforço e sacrifício dos estudantes, tal ação foi contestada pelos que afirmavam que a presença às classes dependia dos alimentos distribuídos sem os quais só poucos continuariam frequentando. Outros se manifestavam de modo mais categórico dizendo que os alimentos criavam um falso estímulo no campo educacional e promoviam o desencorajamento ao trabalho ao adotar-se de ações imediatistas e sem valor para o futuro. (PAIVA, 1987, p. 279, 280).

Essa digressão faz-se importante, especialmente quando se observa que no decorrer da história da educação brasileira as campanhas e programas voltados para o atendimento de jovens e adultos assumem a mesma essência, porém com *slogans* diferentes, tal como evidenciado no Projovem. Os discursos falaciosos que testificam uma suposta inclusão social por meio da qualificação profissional, coadunando-se com os interesses da classe dominante, ratificam o distanciamento entre o factível e o desejável.

Ainda a respeito da implantação do Projovem Original, importa-se destacar a criação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa – SMA, coordenado pela Universidade Federal de Juiz de Fora e executado por meio de convênio da Secretaria-Geral da Presidência da República com sete Universidades Federais<sup>7</sup>, que atuaram de forma regionalizada nas capitais e cidades de suas regiões metropolitanas, para supervisionar as condições de oferta do local de funcionamento do Programa, avaliação externa dos estudantes, monitoramento da matrícula, frequência e realização das atividades pedagógicas, bem como o processo de avaliação do Programa, com o intuito de aperfeiçoar sua operacionalização. (BRASIL, 2008, p. 25).



Considera-se importante destacar alguns aspectos da operacionalização do Programa implantando em 2005 a fim de se estabelecer alguns parâmetros em relação ao Projovem Urbano no seu formato atual. Com base nas pesquisas e estudos realizados até o ano de 2005, o Projovem Original definiu o perfil do público potencial a ser atendido tomando como base os objetivos do Programa. A esse respeito o Projeto traz a seguinte consideração:

Os dados relativos **ao perfil dos alunos que concluíram o curso** até 2006 mostram que o Programa tem sido equânime, pois em todos os parâmetros, como **gênero** (51% mulheres), **cor declarada da pele** (66,5% declararam-se negros ou pardos), e **situação familiar** (78,4% são solteiros, 75% são chefes de família e 54% têm filhos) observam-se características bem próximas daquelas do grupo de alunos matriculados e freqüentes. A avaliação do Programa indica também o limite das atuais ofertas educacionais para esse tipo público e deixa clara a dependência desses jovens em relação às políticas específicas. Demonstra, ainda, que eles não tiveram, anteriormente, oportunidades educacionais adequadas nem chances de se preparar para os desafios do mundo do trabalho. O estudo mostra também que os jovens se preocupam em obter a certificação do ensino fundamental e aprender uma profissão por acreditarem que estas são condições básicas para sua emancipação e a de suas famílias. E têm perfeita noção de pertencimento comunitário e disponibilidade para ações coletivas e participativas. Finalmente é preciso observar que é difícil a relação desses jovens com o mercado de trabalho. A própria colocação no mercado formal é geralmente precária e de curta duração. (BRASIL, 2008, p. 29, grifo do autor).

Como se observou, a avaliação do Projovem original acusa ter logrado êxito por observar parâmetros e características gerais do público definido como potencial, bem próximas dos estudantes atendidos pelo Programa. Entretanto, é passível de observação o discurso que considera a inclusão da massa trabalhadora com baixa escolarização e sem vínculo empregatício por meio da educação, percebida pela classe hegemônica como a mola propulsora para se solucionar as mazelas sociais, tal como o desemprego.

Seguindo com a abordagem do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA), constatam-se alguns fatores limitadores na operacionalização do Projovem, como o ingresso e a permanência do estudante no Programa. Segundo a análise oficial, a discrepância existente entre a inscrição inicial e matrículas ocorreu em razão do não cumprimento dos pré-requisitos exigidos pelo Programa e até mesmo da desistência dos estudantes, na impossibilidade de conciliar o trabalho com os estudos.

Outros fatores são ponderados pelo SMA, como justificativa para a não permanência dos estudantes no curso, como por exemplo, as condições de vida dos jovens<sup>8</sup> e a necessidade de trabalhar. De acordo com o descrito no PPI, “[...] em alguns casos, a própria obtenção de emprego com carteira assinada foi indicada como causa de evasão do Programa.” (BRASIL, 2008, p. 31).

Contudo, à medida que é divulgada, pelo relatório do SMA a eficácia do Programa em atingir o público potencial estimado, nota-se que a evasão escolar se revela como um fator limitador e na contramão do que se havia almejado para assegurar a permanência dos estudantes que tiveram sua trajetória marcada pelo insucesso escolar. Desse modo, a análise das



informações acerca das disparidades entre o ingresso e permanência dos jovens estudantes indicou “[...] a necessidade se criar estratégias que evitem o abandono e facilitem o retorno daqueles que desistiram temporariamente.” (BRASIL, 2008, p. 32).

Sobre as informações inerentes a eficácia da proposta pedagógica do Programa, indicouse que ele foi criado como “uma intervenção de caráter emergencial”, para atender uma demanda com características e necessidades específicas, maiormente, de retomar e prosseguir nos estudos. Além disso, “[...] assume caráter experimental [...]”, pois sua proposta curricular é percebida pelos seus idealizadores como inovadora ao integrar a escolarização com qualificação profissional e a ação comunitária com vistas “[...] à formação integral do jovem, considerando como protagonista de sua formação.” (BRASIL, 2008, p. 32).

A despeito disso, observa-se que a proposta descrita textualmente e propagada por meio dos discursos em defesa do protagonismo juvenil e de sua efetiva participação no convívio social não se efetiva na prática, principalmente quando considerados os problemas enfrentados pelos jovens em razão da crise estrutural do sistema capitalista. Segundo Pires (2011, p. 104), a disseminação do conceito envolvendo o protagonismo juvenil tem sido consubstanciada pelo viés neoliberalista quando solicita à juventude “intervir na solução de problemas sociais, junto à comunidade, na escola e na vida social de modo mais amplo”. Acrescenta Pires (2011, p. 104-105):

Ressalta-se que esse aspecto remete à compreensão do ideário neoliberal, disseminado socialmente, de se desenvolver nos indivíduos uma consciência cidadã, solidária e cooperativa, como parte de um projeto político-ideológico que pretende minimizar as contradições sociais. Explicitamente, concerne a intenção de desresponsabilizar o Estado no atendimento aos problemas sociais, transferindo as responsabilidades do Poder Público para a sociedade e culpabilizando os indivíduos pelos fracassos ou êxitos.

Cumprir frisar, ainda, que a oferta da Qualificação Profissional foi apontada pelo Programa como um dos principais fatores de atração dos jovens para ingressarem no curso, pois os estudantes percebiam, à primeira vista, uma oportunidade de aprenderem uma profissão, haja vista que a maioria dos matriculados estavam fora da escola e sem nenhum vínculo empregatício.

Todavia, a partir das informações apontadas no relatório do SMA, constatou-se que os estudantes matriculados no Programa manifestaram descontentamento com o fato de se abordar a Formação Técnica Geral (FTG) nas duas primeiras unidades formativas e começar os estudos dos arcos ocupacionais somente na terceira unidade, que corresponderia à metade do curso oferecido. Com isso, surgiu a necessidade de rever a operacionalização da proposta, “[...] procurando antecipar a formação nos arcos e, simultaneamente, redistribuir a FTG por mais unidades, com maior articulação dos componentes.” (BRASIL, 2008, p. 35).

Como visto, a educação tem sido discutida como redentora dos problemas sociais que afetam a sociedade contemporânea, especialmente, quando são implementadas políticas públicas para assegurar a regulamentação da ordem e os interesses da classe dominante. Nota-



se, então, que a proposta de adequar a força de trabalho às novas exigências do capital, por meio de um processo abreviado e que favoreça aos interesses hegemônicos, coaduna-se com os objetivos estabelecidos nos Programas implantados pelo Estado ao promoverem uma suposta inclusão da massa de jovens trabalhadores via educação.

Na discussão dessa questão, cabe considerar as mudanças ocorridas na organização do trabalho, principalmente na transição do século XX para o século XXI em que novas exigências do modo de produção capitalista e a necessidade de uma força de trabalho flexível e disciplinada aos interesses da classe dominante, também passaram a implicar mudanças nas definições do percurso educativo, resultando no atual modelo de ensino do país. Diante da crise que emergiu na sociedade capitalista na década de 1970, houve uma reestruturação dos processos produtivos marcada pela substituição do modelo fordista pelo toyotismo. De acordo com Saviani (2013, p. 429):

O modelo fordista apoiava-se na instalação de grandes fábricas operando com tecnologia pesada de base fixa, incorporando os métodos tayloristas de racionalização do trabalho; supunha a estabilidade no emprego e visava à produção em série de objetos estandarizados, em larga escala, acumulando grandes estoques dirigidos ao consumo da massa. Diversamente, o modelo toyotista apoiava-se em tecnologia leve, de base microeletrônica flexível, e opera com trabalhadores polivalentes visando à produção de objetos diversificados, em pequena escala, para atender à demanda de nichos específicos de mercado, incorporando métodos como o *just in time* que dispensam a formação de estoques; requer trabalhadores que, em lugar de estabilidade no emprego, disputem diariamente cada posição conquistada, vestindo a camisa da empresa e elevando constantemente sua produtividade.

Assim sendo, compreende-se que a flexibilização no modo de produção torna ainda mais avassaladora a expropriação da força de trabalho pelo sistema capitalista, principalmente no que concerne a formação de profissionais adaptáveis e de competências flexíveis, por meio de cursos precarizados e de curta duração, de modo que exerçam trabalhos simplificados e estejam à disposição para cumprir várias funções, dependendo da necessidade do mercado, que “[...] ora incluem, ora excluem trabalhadores com diferentes qualificações.” (KUENZER, 2007, p. 1167).

De acordo com Kuenzer (2007, p. 1168), o que define a inclusão dos trabalhadores nas cadeias produtivas não decorre da falta ou existência de qualificação, mas das demandas que se originam a partir da necessidade do próprio sistema produtivo, ou seja, da força de trabalho que será necessária para produção da mercadoria.

Desse modo, compreendem-se as implicações que tais formas de organização do trabalho exercem sobre o papel social da educação a partir das novas exigências do sistema de produção, que requer trabalhadores flexíveis e polivalentes. Ainda segundo Kuenzer (2007, p. 1169) “[...] ser flexível, para estes trabalhadores, significa adaptar-se ao movimento de mercado que inclui/exclui, segundo as necessidades do regime de acumulação.” Atendendo a lógica mercantilista, caberia ao sistema educacional o disciplinamento da força de trabalho às necessidades de produção, porém, sem garantias de inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, assevera Saviani (2013, p. 430):



Nesse novo contexto não se trata mais da iniciativa do Estado e das instâncias de planejamento visando a assegurar, nas escolas, a preparação da mão de obra para ocupar postos de trabalho definidos num mercado que se expandia em direção ao pleno emprego. Agora é o indivíduo que terá de exercer sua capacidade de escolha visando a adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado de trabalho. E o que ele pode esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do status de empregabilidade. A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo.

Na fase atual de acumulação capitalista, em que o perfil do trabalhador deve se adequar aos novos parâmetros de produção e de consumo, é passível de observação que as novas propostas educacionais estejam associadas às políticas neoliberais que corroboram para ampliação da produtividade e da margem de lucro que realimenta o capital. Nesse contexto, são incluídos os discursos em que se realça a importância de o trabalhador incorporar suas potencialidades e adaptabilidade ao novo, como estratégia para extração da mais-valia.

Feitas essas considerações, retoma-se o curso das discussões acerca das primeiras etapas de implantação do Projovem compreendendo que o Programa se insere no bojo das políticas de governo que nada modificam a condição de subalternidade e expropriação da juventude trabalhadora. Nesse sentido, Pires (2007, p. 101) aponta:

Assim considerando o Projovem em seu aspecto político compensatório, situado no quadro das políticas neoliberais, podemos afirmar que este, como proposta de educação aligeirada – de Ensino Fundamental e ‘qualificação profissional’ em apenas 01 (um) ano, aliado a uma experiência de ação comunitária – revela aspectos que sinalizam a existência de uma proposta política de educação para a juventude que legitima as formas de rebaixamento da educação e da qualificação do trabalhador. [...] Vale ressaltar, o Projovem se apresenta como política pública de juventude ocorrente em caráter experimental, e apresenta nesse aspecto um viés neoliberal, e que não se propõe a romper absolutamente com a perspectiva de uma educação conservadora, dualista e classista, mantendo inclusive elementos de precariedade e assistencialismo, seguindo o mesmo viés das políticas educacionais dos governos anteriores.

Dessa maneira, observa-se que o Projovem faz parte de sucessivos projetos governamentais de caráter neoliberal e que resultam sempre numa mesma situação, utilizar-se da educação no sentido exclusivamente mercadológico, principalmente quando se busca emparelhar propostas educacionais aos objetivos do capital, sobretudo, em aumentar a força produtiva para o mercado de trabalho em constante movimento.

Com base nessa crítica, é possível notar as incongruências ocorridas nas primeiras etapas de implantação do Programa, sobretudo, a partir da contraposição existente entre as ações almejadas textualmente na proposta pedagógica e a prática resultante de sua operacionalização. De acordo com Pires (2007, p. 102), “[...] o que se verifica na prática é a instauração de ações



focais e de caráter assistencialista que não contribuem para uma transformação social e superação das desigualdades sociais.”

Nesse sentido, cumpre agora considerar alguns aspectos relacionados à organização espaço-temporal do Programa. No que concerne aos espaços destinados ao seu funcionamento, o Projovem Original organizou-se em núcleos onde se realizava a maioria das atividades pedagógicas. Cada núcleo era composto por cinco turmas de 30 (trinta) estudantes cada, totalizando uma demanda de 150 (cento e cinquenta) jovens atendidos, preferencialmente, em espaços localizados próximos às suas residências. A esse respeito registra o Projeto:

Geralmente, localizavam-se em escolas municipais e em cada núcleo foi instalado um laboratório de informática (dez computadores e uma impressora) para uso pedagógico dos alunos e educadores. Cada oito núcleos vinculavam-se uma **estação juventude**, espaço de referência para jovens: local de encontro, busca de informações, orientações, estudo, realização de eventos culturais e outras ações favorecedoras do processo formativo, da expressão cultural e da participação cidadã dos alunos. Consideravam-se também espaços pedagógicos do Projovem os diferentes locais da cidade onde os alunos vivem seu cotidiano e os recursos urbanos postos à disposição da população em geral. (BRASIL, 2008, p. 36-37, grifo do autor).

Nota-se que os núcleos eram vinculados à estação juventude, um espaço concebido para o desenvolvimento de atividades formativas e culturais do Programa, que acabou tornando-se apenas um espaço administrativo. Assim, no que tange à organização do espaço de funcionamento do Projovem, o SMA apontou a necessidade de ajustar o número de estudantes e de turmas para cada núcleo, com o intuito de mitigar os problemas decorrentes da evasão dos jovens, bem como rever as funções da estação juventude que não se configurou como um espaço de referências para os estudantes, conforme previsto na proposta textual. (BRASIL, 2008, p. 37).

Quanto à organização dos tempos pedagógicos, previa-se que cada uma das quatro unidades formativas oferecidas pelo Programa<sup>9</sup> fosse desenvolvida em doze semanas e meia, sendo finalizadas em 50 semanas. Desse modo, o currículo era contemplado em 1.600 horas a serem cumpridas ao longo de doze meses, distribuídas em 1.200 horas de atividades presenciais e 400 horas não-presenciais.

Acerca da carga horária prevista para as atividades presenciais, convém destacar que as atividades inerentes à formação escolar correspondiam a 800 horas, já a qualificação profissional compreendia 350 horas e as outras 50 horas eram destinadas ao desenvolvimento de ação comunitária, totalizando 1.200 horas. Assim sendo, cabe questionar a eficácia da proposta pedagógica do Projovem Original, pelo tempo reduzido à formação escolar, ao considerar o que assevera Pires (2007, p. 110-111):

A falácia da necessidade de um trabalhador mais qualificado e com maior nível de escolaridade para se inserir no mercado confronta-se com o que se apresenta como experiência concreta de educação, quando se verifica uma proposta que atenda minimamente as necessidades de aprendizagem [...] Este fato instiga a pensar sobre as



pretensões reais de tal proposta, uma vez que identificamos os aspectos de baixa quantidade e qualidade do ensino, além de uma proposta de qualificação falaciosa que não concretiza na prática a possibilidade de capacitar os jovens para o mercado de trabalho.

O que fica evidente nessa consideração da autora é o aspecto aligeirado do Programa ao proporcionar apenas uma escolarização mínima e de baixa qualidade, percebida não como uma educação emancipatória, que corrobora para formação de sujeitos, mas como um instrumento utilizado para atender aos interesses hegemônicos, certificando trabalhadores para o desenvolvimento de atividades simples. Além disso, verificou-se incompatibilidade do tempo destinado para se administrar o conteúdo proposto na matriz curricular do Programa em relação à carga horária prevista para a sua terminalidade. (BRASIL, 2008, p. 37).

O Projovem Original foi reformulado no ano de 2008 buscando superar os desafios e dificuldades em sua operacionalização com vistas à concretização mais efetiva dos objetivos almejados. Desta feita, surge o **Projovem Urbano** que se apresenta como uma proposta constitutiva de uma política integrada e destinada a promover a inclusão social dos jovens não concluintes da etapa do ensino fundamental.

## TRABALHO DIDÁTICO NO PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO DO PROJOVEM URBANO: VICISSITUDES DE UM CICLO VICIOSO

Tratou-se, até aqui, de explicitar os limites e incongruências na implantação do Projovem Original, que se apresentou como um projeto original para a Educação de Jovens e Adultos, mas configurou-se como uma política experimental e emergencial, tendo como principal discurso a inclusão social via qualificação profissional, sobretudo, com base no modelo hegemônico que ratifica a ordem expropriatória do sistema capitalista e reproduz a divisão de classes.

O **Projovem Urbano** se apresenta como uma das quatro modalidades compreendidas no **Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem**, instituído pela Lei n. 11.692 de 10 de junho de 2008, tendo como finalidade elevar o grau de escolarização dos jovens de 18 a 29 anos, visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão da etapa do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã (BRASIL, 2008, p. 14). Ainda, de acordo com o Projeto:

O Projovem Urbano se caracteriza por apresentar: (i) propostas inovadoras de gestão inter-setorial, compartilhada por quatro ministérios, e de implantação em regime de cooperação com os Estados, Municípios e DF envolvidos; (ii) projeto pedagógico integrado (PPI) que representa um novo paradigma de formação, articulando conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e experiências de participação cidadã, como base para o alcance da finalidade pretendida; (iii) materiais pedagógicos especialmente produzidos para atender a essas características do Programa, constando guias, manuais e vídeos destinados a: alunos; educadores; gestores; instituições de formação de educadores. (BRASIL, 2008, p. 15, grifo do autor).



Como exposto anteriormente, o Projeto Pedagógico Integrado (PPI) do Projovem Urbano constituiu-se a partir de uma reformulação da proposta original implantada no ano de 2005, buscando superar as limitações e incoerências que se apresentaram no decorrer do seu funcionamento, como intento de concretizar efetivamente as finalidades pretendidas.

Nesse ínterim, cumpre destacar os discursos hegemônicos reproduzidos pelo Estado com o objetivo de assegurar a oferta do Programa como uma política nacional integrada a partir de uma dupla aposta que consistiu, principalmente, em “[...] criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil.” (BRASIL, 2008, p. 13). Desse modo, os principais desafios percebidos pela gestão do Projovem Urbano, tendo como parâmetro a operacionalização do Programa que o antecedeu, seriam a redefinição do público atendido, as instâncias de gestão e gestão intersetorial, assim como o redesenho da matrícula. (BRASIL, 2008, p. 45).

No que tange a redefinição do público que demandou o Projovem Urbano, realizou-se um estudo populacional no ano de 2007, com base nos dados informados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para dimensionar o perfil do público potencial a ser atendido pelo mesmo, escolaridade, faixa etária e distribuição geográfica. Desse modo, diante dos resultados apresentados sobre a população jovem e a população excluída, foi constatada pela equipe gestora do Programa a relevância de incluir a faixa etária de 25 a 29 anos na proposta de atendimento, além de ampliar a oferta para além dos municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes.

É importante sublinhar que essas mudanças são percebidas pelos formuladores da nova proposta, como essenciais para reintegrar a população jovem considerada excluída, especialmente, pelas condições de vida e pelo nível de escolaridade, ao sistema educacional público. Diferentemente da proposta original, em que a matrícula estava condicionada ao nível de escolaridade do estudante e a ausência de vínculo empregatício, o Projovem Urbano passou a exigir apenas que os jovens soubessem ler e escrever, podendo também ser matriculados os trabalhadores com carteira assinada. Ademais, houve alteração na carga horária do Programa, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1 – Comparativo da Carga horária do Projovem Original e Projovem Urbano

Carga horária		Projovem Original	Projovem Urbano
Horas presenciais	Formação Básica	800	1.090
	Qualificação Profissional	350	390
	Participação Cidadã	50	78
	Total de horas presenciais	1.200	1.560
Horas não presenciais	Total de horas não presenciais	400	440
<b>Total Geral</b>		<b>1.800</b>	<b>2.000</b>

Fonte: Organizado pelo autor com base em Brasil (2012).



O dimensionamento da carga horária, totalizada em 2.000 horas, é feito no curto prazo de 18 (dezoito meses), para atender jovens com histórico de distorção escolar e exclusão social em três dimensões básicas, conforme indicado no quadro anterior. Percebe-se, entretanto, que embora a estrutura do Programa fosse reformulada para cumprir com os objetivos almejados pela sua equipe gestora, manteve-se o aspecto fragmentado e de formação abreviada.

Como visto, o Programa é composto por três dimensões curriculares, a saber: Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

A Qualificação Profissional se organiza em Formação Técnica Geral (FTG), Formação Técnica Específica (FTE), via Arco Ocupacional, e o Projeto de Orientação Profissional (POP) que se pretende instrumento de integração da FTG com a FTE e com as demais dimensões do currículo. (BRASIL, 2012, p. 40-41).

A Participação Cidadã é outra dimensão do currículo integrado e envolve aulas teóricas e práticas, bem como a elaboração, implementação e avaliação de um projeto de intervenção, que deverá ser direcionado à comunidade em que vive o estudante, além do Plano de Ação Comunitária – PLA que tem como referência a concepção de que “[...] participar e exercer a cidadania são ações que se aprendem fazendo.” (BRASIL, 2012, p. 45). Somam-se, ainda, aos instrumentos de integração do currículo do Programa a Informática e as Sínteses Integradoras que são textos produzidos pelos estudantes a partir de temas integradores.

De acordo com o PPI do Projovem Urbano, o desenho do currículo se organiza, então, como uma rede resultante do entrecruzamento dos eixos estruturantes com os conteúdos curriculares selecionados e definidos com base nas “[...] características do público potencial, nos objetivos e nas diretrizes definidas para o curso.” (BRASIL, 2008, p. 70-71). Desse modo, a intenção dos idealizadores do Programa ao conceberem a proposta curricular do Projovem Urbano, seria de promover situações pedagógicas que corroborassem a construção do protagonismo juvenil. (BRASIL, 2012, p. 35). Segue Matriz curricular do Projovem Urbano:

Quadro 2 – Matriz Curricular do Projovem Urbano

(continua)

Matriz Curricular do Projovem Urbano							
Dimensões Curriculares e Áreas do Conhecimento	Formação Básica					Qualificação Profissional	Participação Cidadã
	Ciências Humanas	Língua Portuguesa	Inglês	Matemática	Ciências da Natureza		
Eixos Estruturantes							
I. Juventude e Cultura	Tópicos						
II. Juventude e Cidade	Tópicos						
III. Juventude e Trabalho	Tópicos						



Quadro 2 – Matriz Curricular do Projovem Urbano

(conclusão)

IV. Juventude e Comunicação	Tópicos
V. Juventude e Tecnologia	Tópicos
VI. Juventude e Cidadania	Tópicos

Fonte: Manual do Educador Orientações Gerais (BRASIL, 2012, p. 42).

Para integração das três dimensões do currículo, o PPI descreve como necessário que os educadores engendrem esforços nessa articulação curricular a fim de proporcionar a apropriação do conhecimento e concretizar a interdisciplinaridade. (BRASIL, 2008, p. 17). Compete, aqui, considerar o que relata Gaspar (2014, p. 113) acerca das múltiplas funções executadas pelo professor, sobretudo, ao reproduzir o conhecimento das diversas áreas do conhecimento. Segundo o autor a preconização da interdisciplinaridade sob orientação de um único professor “[...] mascara a fragmentação dos conteúdos e a precarização do Estado [...]”, além de evidenciar a realidade das políticas neoliberais.

No que concerne à distribuição da carga horária destinada à qualificação profissional, observa-se que a parte prática da formação, vista como significativa para o processo de desenvolvimento técnico, foi reduzida, com a inserção das 440 horas não-presenciais<sup>10</sup>, que na proposta anterior estava contemplada na etapa do ensino fundamental. (RUMMERT; GASPAR, 2017, p. 404).

De acordo com Rummert e Gaspar (2017, p. 405) a qualificação profissional na prática “[...] era realizada apenas no último trimestre do curso, depois da Formação Técnica Geral (FTG), e das horas do POP, distribuídas ao longo do curso [...]”, configurando-se como oferta precária, aligeirada e descomprometida com a classe trabalhadora jovem. Ainda sobre esse novo formato do Programa, Rummert e Gaspar (2017, p. 405) apontam:

Esse formato se apresentou como um dos aspectos que mais desmotivaram os alunos, pelo fato da qualificação profissional ser viabilizada somente ao final, e de forma precária. Levando em consideração o reduzido cronograma, esse modelo além de não ser atrativo para o trabalhador, exclui a possibilidade de ampliar ou intensificar sua formação. Outro aspecto a assinalar é que apesar do anunciado nos documentos, no PROJÓVEM Urbano, a inclusão por meio da educação não corresponde, necessariamente, à inserção do trabalhador no mercado de trabalho. No projeto neoliberal de educação, voltado aos jovens e adultos trabalhadores, a inserção profissional depende do esforço do trabalhador para se adaptar às atuais relações de trabalho precarizado e das possibilidades de inserção produtiva que não conduzem, necessariamente, ao trabalho formal. Desse modo, o PROJÓVEM Urbano tem por objetivos a inclusão fundamentada nas experiências dos jovens e adultos trabalhadores que devem recorrer à própria ‘sorte’ para conquistar inserções subalternas e precárias no mercado.



Percebe-se, então, que a oferta da qualificação profissional na proposta do Projeto Pedagógico Integrado Projovem Urbano além de não ser atrativa para o estudante trabalhador, condiciona-o ao trabalho simples por meio de certificação abreviada e que reforça o modelo educacional de caráter tecnicista. Dessa forma, as políticas de Estado atestam a hegemonia do capital ao implementar projetos e programas que visam, primordialmente, renovar o exército industrial de reserva<sup>11</sup>, como se evidencia na análise do Projovem Urbano.

Nesse sentido, Rummert e Gaspar (2017, p. 405) asseveram que a proposta de formação integral propagada pelo Programa “[...] constitui mais uma proposta vazia, marcada pela ausência de articulação quanto aos objetivos finais.” Além do mais, o distanciamento entre o desejável na forma textual do Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano e o factível aos interesses da juventude trabalhadora, evidencia o ciclo vicioso estabelecido nas políticas educacionais destinadas à juventude, com programas reformulados e renomeados que perpetuam sempre a mesma essência de subordinação aos interesses do mercado.

Contudo, apesar da reduzida carga horária prevista para formação básica a fim de cumprir com sua meta de certificação da etapa de ensino fundamental em dezoito meses, a proposta é vista no contexto das políticas neoliberais como inovadora, especialmente, quando materializada sob o discurso de integração da educação e qualificação profissional e no “desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências e valores de solidariedade e cooperação condizentes com o século XXI”, possibilitando ao jovem “[...] tanto se adequar às demandas de mercado quanto buscar formas de empreendedorismo individual, cooperativo e associativo.” (BRASIL, 2008, p. 58).

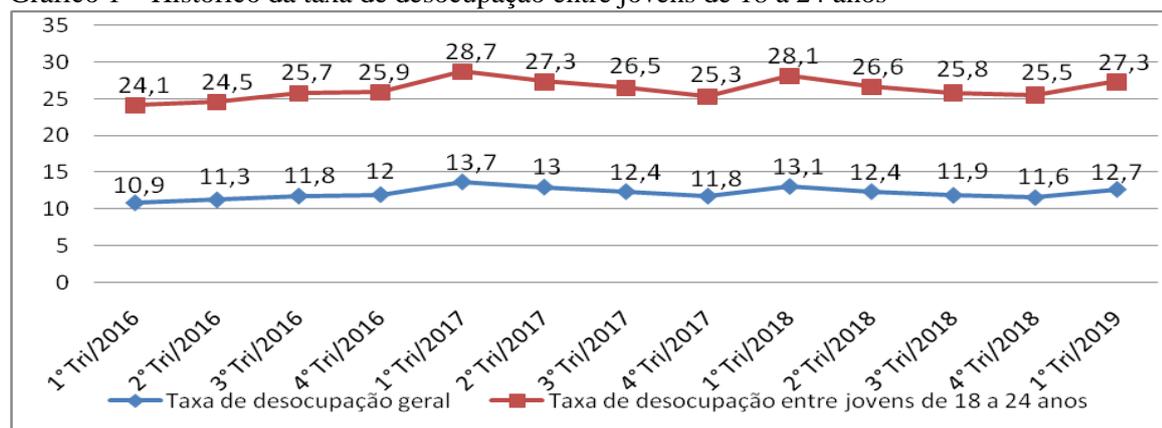
A respeito disso, o que se constata nas políticas atribuídas a juventude, principalmente quando se trata de integrar a escolarização com a proposta de qualificação profissional, é uma ação imediatista e fragmentária do Estado atuando na regulação da educação pelo mercado a fim de reproduzir a força de trabalho necessária para manter a hegemonia do capital, bem como assegurar o controle social. Assim, para renovação das forças produtivas são fomentados programas e projetos educacionais de aspecto assistencialista e compensatório, especialmente para a classe trabalhadora jovem, sob o discurso da empregabilidade e do empreendedorismo via educação. Acerca disso, assevera Saviani (2013, p. 431):

Configura-se, então, nesse contexto, uma verdadeira ‘pedagogia da exclusão’. Trata-se de preparar os indivíduos para, mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos. E, caso não o consigam, a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição. Com efeito, além do emprego formal, acena-se com a possibilidade de sua transformação em microempresário, com a informalidade, o trabalho por conta própria, isto é, sua conversão em empresário de si mesmo, o trabalho voluntário, terceirizado, subsumido em organizações não governamentais etc. Portanto, se diante de toda essa gama de possibilidades ele não atinge a desejada inclusão, isso se deve apenas a ele próprio, a suas limitações incontornáveis. Eis o que ensina a pedagogia da exclusão.



O que caracteriza explicitamente a pedagogia da exclusão é o desenvolvimento de ações educacionais orientadas pela lógica de mercado, pois na atual ordem econômica, nota-se claramente que não há lugar para todos. Desse modo o que se anuncia são propostas fundamentadas na desarticulação do saber e da educação profissional com um currículo mínimo e abreviado que ratifica o dualismo educacional existente na sociedade de classes. Ademais, o que se evidencia diante da crise estrutural do sistema capitalista é que não há emprego para todos, conforme se pretende evidenciar no gráfico seguinte.

Gráfico 1 – Histórico da taxa de desocupação entre jovens de 18 a 24 anos



Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (BRASIL, 2020).

No gráfico é possível constatar que a taxa de desocupação entre jovens de 18 a 24 anos é historicamente maior que a da população em geral. Em números absolutos, o maior número registrado no período que corresponde à série histórica pesquisada, traz-se o quantitativo de 4.482 milhões de jovens brasileiros desempregados, levando a taxa de desemprego entre esse grupo a 28,7%. Os dados que ora se apresentam, evidenciam que preparar melhor o jovem não irá assegurar que ele tenha acesso ao emprego formal, especialmente, dentro das condições em que todos os direitos trabalhistas estejam assegurados.

Nesse contexto, é passível de observação o ideário capitalista que se utiliza da educação para privilegiar a produção de mercadorias e garantir a força produtiva disciplinada para o mercado em detrimento das necessidades da juventude trabalhadora. Desse modo, importa-se sublinhar que a educação se reduz a um fator de produção, especialmente, quando se incumbe do papel de formar o trabalhador para o trabalho simples sob a ordem expropriatória do capital. Caso o trabalhador não consiga a desejada inclusão nas condições impostas pelo mercado, cada vez mais excludente pela crescente automação no processo produtivo, isso se dará por conta de suas limitações e pela falta de ajustamento aos novos métodos de produção.

Nesse aspecto, ao observar a proposta educacional do Projovem Urbano como política destinada à juventude, apreende-se a intrínseca relação estabelecida entre o Estado e o capital, especialmente, quando se apropriam da educação como instrumento de conformação da



juventude trabalhadora, que na atual conjuntura econômica, encontra-se assolada pelas mazelas da crise estrutural do sistema capitalista. Entrementes, diante do discurso que exalta a proposta do Programa como inovadora, o que se evidencia a partir da discussão feita, até aqui, são velhas ações políticas que preservam a mesma essência. Ainda acrescenta Gaspar (2017, p. 153):

No aspecto formal, a política integrada se constitui numa utopia, pois, os programas não possuem articulação quanto aos objetivos finais, caracterizando-se como políticas sazonais e transitórias. No aspecto material, com a transição dos governos, os programas são reformulados se caracterizando pelo aspecto utilitarista de seus conteúdos que atendem a interesses políticos difusos que não priorizam a classe trabalhadora. Na aparência, são funcionais ao Estado ao perpetuarem o discurso da 'inclusão social' justificando suas ações através das estatísticas que não traduzem a realidade concreta. Em sua essência, servem como política de redistribuição de renda, fazendo dos auxílios financeiros moeda de troca para fortalecer o populismo de um partido político que não correspondeu às expectativas dos trabalhadores. Sendo assim o atual projeto societário direcionado aos jovens e adultos trabalhadores consolida novas formas de exploração, no qual a inserção produtiva se caracteriza por diversos mecanismos que negam os direitos sociais. De modo que, a juventude passa a buscar o 'status' da empregabilidade vendendo sua força de trabalho informal, temporário, terceirizado, por jornada de trabalho parcial etc., desenvolvendo uma característica singular desse 'novo perfil' para o trabalho que exige a adaptação e a flexibilização do trabalhador.

Dessa perspectiva, cabe considerar que o caráter assistencial do Programa foi mantido com a concessão do auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 100,00 (cem reais), pagos durante 20 meses desde que cumpridos os mesmos critérios do Projovem Original quanto à frequência e entrega dos trabalhos obrigatórios e previstos para cada mês. (BRASIL, 2008, p. 53). De acordo com Santos (2014, p. 89), apesar de o auxílio financeiro constituir-se como um fator atrativo para uma grande parcela dos jovens, seja pelo incentivo ou pela necessidade, um grande número de jovens evade do Programa, denotando que a proposta impressa não se sustenta na prática.

Outro aspecto a ser considerado na proposta do Programa se refere à organização dos espaços pedagógicos. O Projovem Urbano organizou-se em polos que compreendiam 16 núcleos cada, abrangendo de 2.400 até 3.200 estudantes. O núcleo deveria ser composto por um conjunto de cinco turmas, sendo cada uma composta, preferencialmente, por 40 estudantes, admitindo-se em situações específicas, variar até 20 estudantes. Caso o número de estudantes ficasse “[...] abaixo do mínimo estipulado, as turmas deveriam ser reorganizadas e o núcleo fundido com outro em situação semelhante.” (BRASIL, 2008, p. 51).

Ainda de acordo com Brasil (2008, p. 96), a proposta pedagógica acerca do polo consistia em seu funcionamento como espaço de coordenação das ações operacionalizadas nos diferentes núcleos, bem como na realização de reuniões de planejamento das atividades pedagógicas e de formação continuada. No que tange ao núcleo, além das cinco salas de aula disponíveis para atender o quantitativo de turmas previstas para a composição do mesmo, seria necessária uma sala para os educadores e um laboratório de informática. As cinco turmas poderiam ser atendidas em um mesmo local ou em dois locais, desde que estivessem próximos.



Entretanto, importa-se indicar a partir das análises de Pires (2011), Gaspar (2014) e Bilio (2017) que os problemas inerentes à inadequação da estrutura física das escolas ainda persistiam apesar da reformulação do Programa. A problemática analisada é a mesma que acomete o sistema público de ensino regular no país e que infere drasticamente na qualidade de aprendizagem dos estudantes. Como reflexo de políticas transitórias e de ações que se direcionam na contramão da via emancipatória, percebe-se o sucateamento das instituições de ensino e o desinteresse em investir na melhoria da qualidade da educação.

De modo geral, constatou-se a precariedade nos espaços em que a proposta do Programa era operacionalizada, com salas muito pequenas e pouco ventiladas, mal iluminadas e com problemas nas redes elétrica e hidráulica, o que trazia grande prejuízo ao trabalho realizado. (PIRES, 2011, p. 94-95). Além disso, outras dificuldades demonstraram-se aparentes no decorrer do funcionamento do Projovem Urbano, tais como a insuficiência do material didático para atender a demanda das aulas, o atraso no auxílio financeiro destinado aos estudantes, a rotatividade dos professores<sup>12</sup>, dentre outras circunstâncias que contribuíram para evasão escolar, fechamento de alguns núcleos e, conseqüentemente, na demissão de professores. (GASPAR, 2014, p. 130 – 131).

Cabe considerar, também, a organização dos tempos pedagógicos no Projovem Urbano distribuídos em 1.560 horas presenciais e 440 horas de atividades à distância. Para cada semana, deveria ser inclusa, no decorrer de todo o curso, 20 horas presenciais que na proposta textual do Programa previa “atividades em sala de aula, visitas, pesquisa de campo, participação em palestras, práticas relacionadas ao campo da Qualificação Profissional e à Participação Cidadã, sob a supervisão de um educador”.

Além da carga horária prevista para a semana, o estudante teria de ter uma disponibilidade para cumprir seis horas de atividades não-presenciais, que textualmente, eram “[...] dedicadas às leituras e atividades das unidades formativas e à elaboração de planos e registros – individualmente ou em pequenos grupos – nos espaços mais convenientes aos estudantes.” (BRASIL, 2008, p. 79). Segue quadro com a distribuição da carga horária semanal:

Quadro 3 – Carga horária Semanal

Dimensão/ Componente Curricular	UF I	UF II	UF III	UF IV	UF V	UF VI
Ensino Fundamental	10	10	10	10	10	10
Trabalho interdisciplinar/ integração	3	3	3	3	3	3
Informática	1	1	1	1	1	1
<b>Total Formação Básica</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>14</b>
Formação Técnica Geral	4	3	3	2	-	-
Arcos ocupacionais	1	2	2	3	5	5
<b>Total Qualificação Profissional</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
Participação Cidadã	1	1	1	1	1	1
<b>Total Geral</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>

Fonte: Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano (BRASIL, 2008). UF – Unidade Formativa.



É importante sublinhar, que devido aos diversos problemas relacionados à inadequação da estrutura física onde aconteciam as aulas, bem como outras dificuldades ocorridas no contexto local dos espaços destinados ao funcionamento do Programa, as aulas realizadas na forma presencial eram, inclusive, prejudicadas com a diminuição do tempo destinado as mesmas. (BILIO, 2017, p. 84). Ademais, muitos educadores demonstraram-se insatisfeitos, não somente pela falta de gestão na execução da proposta, mas também no quanto isso repercutia para a redução das aulas presenciais e no aprendizado dos estudantes.

De acordo com Gaspar (2017, p. 158) constatou-se nas auditorias realizadas pelo TCU, “falhas graves como baixa frequência de fiscalização, ausência de procedimentos padronizados e falta de planejamento das ações”. Além disso, foram constatadas disparidades no pagamento dos beneficiários e duplicidade no repasse do auxílio financeiro aos bolsistas, inadequações das instalações físicas, ausência de distribuição de lanche e despesas não comprovadas. A respeito disso, assevera Gaspar (2014, p. 156):

Um programa mascarado por uma ideologia, onde estatística de sucesso se apresenta na realidade material permeada por denúncias, desvios, atrasos de pagamento e auxílios financeiros, entre tantas outras formas de iludir o trabalhador sobre a suposta eficiência do programa [...] As falhas do programa retratam a forma e o conteúdo de uma política ineficiente onde sua realidade material não é identificada somente através de estudos acadêmicos. O governo mascara os resultados obtidos como forma de justificar os altos investimentos públicos em uma política assistencialista, que na verdade legitima a redistribuição de renda como mecanismo eleitoreiro, utilizando os aparelhos do Estado para veicular os interesses políticos.

Diante das irregularidades constatadas na operacionalização do Programa, sobretudo, com a aplicação do recurso público e a pouca transparência na prestação de contas, o Projovem foi objeto de recorrentes denúncias que resultaram no recebimento de um certificado negativo do Tribunal de Contas da União (TCU), no ano de 2011. (GASPAR 2014, p. 153-154). O Programa foi interrompido no ano de 2011, voltando a ser executado no ano posterior com novas regras e sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) vinculada ao MEC, integrando-o à modalidade de Educação de Jovens e Adultos. No ano de 2012, foi criada a Diretoria de Políticas de educação para a Juventude que ficaria, também, responsável pela coordenação nacional do Projovem Urbano. Já em âmbito local, o Programa passou a ser coordenado pelas Secretarias de Educação dos estados ou municípios e do Distrito Federal, que a ele fizessem adesão. (BRASIL, 2012, p. 21). Em síntese, apontam-se no quadro abaixo as principais alterações ocorridas no Programa de 2005 a 2012:



Quadro 4 – Principais alterações ocorridas no Projovem Urbano no período que compreende aos anos de 2005 a 2012

Características	Ano		
	2005	2008	2012
<b>Nomenclatura</b>	Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem	Projovem Urbano Modalidade do Projovem (ou Projovem Integrado)	Projovem Urbano
<b>Certificação</b>	- Conclusão do Ensino Fundamental - Qualificação Profissional (Formação Básica)	Certificação de conclusão em: - Projovem Urbano, Ensino Fundamental/EJA - Qualificação Profissional Inicial para o trabalho, no componente Arco Ocupacional - Participação Cidadã	Certificação de conclusão em: - Projovem Urbano, Ensino Fundamental/EJA - Qualificação Profissional Inicial para o trabalho, no componente Arco Ocupacional - Participação Cidadã
<b>Dimensão do Currículo</b>	- Ensino Fundamental - Qualificação Profissional - Participação Cidadã	- Ensino Fundamental - Qualificação Profissional - Participação Cidadã	- Formação Básica - Qualificação Profissional - Participação Cidadã
<b>Caráter</b>	- Experimental - Emergencial	- Experimental - Emergencial	Política Pública
<b>Faixa Etária contemplada</b>	De 18 a 24 anos	De 18 a 29 anos	De 18 a 29 anos
<b>Características dos Jovens</b>	Trabalhadores que não concluíram o Ensino fundamental	Jovens que saibam ler e escrever e não concluíram o Ensino Fundamental	Jovens que saibam ler e escrever e não concluíram o Ensino Fundamental
<b>Duração</b>	12 meses	18 meses	18 meses
<b>Localidades</b>	Capitais brasileiras e Distrito Federal	Cidades com número de habitantes superior a 200 mil	Municípios com 100 mil habitantes ou mais
<b>Projeto Pedagógico</b>	Integrado	Integrado	Integrado
<b>Incentivo Financeiro</b>	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00
<b>Serviço de acolhimento dos filhos dos estudantes</b>	Não	Não	Sim

Fonte: Thomazini (2017, p. 83-84). Quadro adaptado pelo autor.

Complementando as observações feitas até aqui, sinaliza-se que no bojo de programas e projetos destinados a juventude trabalhadora e que subsistem a iminente descontinuidade, é passível de observação a considerável redução no número de matrículas no Projovem Urbano nos últimos anos, conforme demonstrado na tabela abaixo:



Tabela 1 – Educação de Jovens e Adultos (EJA) 2008-2018

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por etapa de ensino									
Ano	Total geral	Ensino Fundamental					Ensino Médio		
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Integrado à Educação Profissional	Projovem (Urbano)	Total	Médio	Integrado à Educação Profissional
2008	4.945.424	3.295.240	1.127.077	2.164.187	3.976	0	1.650.184	1.635.245	14.939
2009	4.661.332	3.094.524	1.035.610	2.055.286	3.628	0	1.566.808	1.547.275	19.533
2010	4.287.234	2.860.230	923.197	1.922.907	14.126	0	1.427.004	1.388.852	38.152
2011	4.046.169	2.681.776	935.084	1.722.697	23.995	0	1.364.393	1.322.422	41.971
2012	3.906.877	2.561.013	870.181	1.618.587	18.622	53.623	1.345.864	1.309.871	35.993
2013	3.772.670	2.447.792	832.754	1.551.438	20.194	43.406	1.324.878	1.283.609	41.269
2014	3.592.908	2.284.122	774.352	1.451.627	9.153	48.990	1.308.786	1.265.911	42.875
2015	3.491.869	2.182.611	736.763	1.378.454	16.821	50.573	1.309.258	1.270.198	39.060
2016	3.482.174	2.105.535	676.526	1.367.097	17.613	44.299	1.376.639	1.342.137	34.502
2017	3.598.716	2.172.904	778.272	1.382.896	10.469	1.267	1.425.812	1.383.046	42.766
2018	3.545.988	2.108.155	775.493	1.326.967	5.101	594	1.437.833	1.395.658	42.175
Δ % 2017/2018	-1,47%	-2,98%	-0,36%	-4,04%	-51,28%	-53,12%	0,84%	0,91%	-1,38%

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica (CRUZ; MONTEIRO, 2019, p. 87).

Conforme descrito no PPI do Projovem Urbano, as situações pedagógicas devem ser desenvolvidas a fim de favorecer a construção do protagonismo juvenil e isso implicaria “[...] criar estruturas, tempos e espaços de aprendizagem [...]” de acordo com os objetivos estabelecidos pelo Programa, além de “[...] planejar ações [...]” que corroborem para o pretendido processo de inclusão. (BRASIL, 2008, p. 63). Acerca disso, compete frisar o que a realidade percebida na materialização da proposta esteve muito distante das intenções desejáveis, especialmente em propiciar espaços físicos adequados para a execução do Programa e ações didáticas favoráveis aos interesses da juventude trabalhadora. (RUMMERT; GASPAR, 2017, p. 407).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto em que se permeiam as vicissitudes do Programa, percebe-se a continuidade de um ciclo vicioso, sobretudo, na implementação de políticas destinadas a classe trabalhadora jovem. Até aqui, tentou-se apontar, as implicações e contradições acerca da organização do Projovem Urbano, sobretudo, ao percorrer caminhos controversos e avessos aos interesses concretos da juventude trabalhadora. Ao manter o discurso de inclusão via educação integrada à qualificação profissional o Programa preserva a mesma essência compensatória e assistencialista que não consolida significativa mudança na realidade social da juventude.

Em linhas gerais, observa-se que a relação educativa que se constitui a partir da operacionalização da proposta curricular do Projovem Urbano, mantém-se subordinada aos interesses da classe dominante, principalmente quando vinculado o papel da educação a serviço da reprodução da força de trabalho simples e adaptável as exigências do sistema flexível de



produção. Ademais, a perspectiva do “aprender a aprender” em que se materializa a proposta do Programa assenta-se sobre o plano individual que atribui ao estudante a capacidade de buscar conhecimentos por si mesmo, consubstanciando o ideário neoliberal que busca escamotear a precarização dos serviços educacionais oferecidos pelo Estado por meio de políticas sazonais e transitórias, especialmente quando se trata de formação básica integrada à educação profissional. (GASPAR, 2014, p. 124).

Como visto a educação de jovens e adultos sob a lógica de subordinação ao capital passa a ser utilizada como instrumento de regulação e manutenção da ordem social, propiciando aos desvalidos de escolarização uma pretensa forma de inclusão social. É certo que a educação, situada na materialidade da sociedade de classes e sob as novas exigências de mercado, tem reproduzido os discursos neoliberais de empregabilidade e empreendedorismo que visam à instrumentalização flexível da força de trabalho, sem estabelecer condições para a apreensão dos elementos contraditórios do sistema capitalista, de arranjos excludentes em razão do desemprego estrutural e, “includentes” na perspectiva do sistema, na medida em que se pretende garantir a manutenção e conservação da ordem capitalista por meio da extração de mais-valia.

Logo, fica patente o distanciamento entre o previsto na forma textual do Programa e o que é materializado em sua execução, sobretudo, quando mantidas as mesmas características educacionais de abreviação da escolarização e precariedade na oferta da qualificação profissional. Da análise, ficou evidente a refuncionalização da teoria do capital humano por meio da educação, especialmente quando reproduzido o conceito de competência como sinônimo de empregabilidade, bordejando as contradições intrínsecas ao capitalismo.

Apesar das novas exigências no modo de produção flexível implicarem rearranjos nas relações entre Estado, capital e trabalho, mantêm-se a mesma lógica do pensamento hegemônico que se utiliza da educação como instrumento de regulação social e no disciplinamento da força de trabalho para o trabalho simples, seguindo na contramão da via emancipatória que propiciaria a ampla formação humana.

A partir dessas ponderações, considera-se imperioso avançar em propostas que se contraponham ao esvaziamento da Educação de Jovens e Adultos assegurando o acesso ao conhecimento socialmente significativo e à compreensão das determinações históricas da sociedade de classes, elementos substantivos para sua superação.

## REFERÊNCIAS

BILIO, R. L. **O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Urbano (Projovem Urbano): a construção do precariado e a hegemonia da pequena política.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.



BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4094>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm). Acesso em: 29 set. 2018.

BRASIL. **Manual do Educador Orientações Gerais**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012.

BRASIL. **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano**. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. Brasília: 2008.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (org.). **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019**. São Paulo, SP: Moderna, 2019. Disponível em: [https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/302.pdf](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf). Acesso em: 23 fev. 2020.

GASPAR, L. da S. PROJOVEM URBANO: jovens e adultos como sujeitos históricos de um projeto societário excludente. **Trabalho Necessário**, v. 15, p. 142-165, 2017.

GASPAR, L. da S. **Teoria do capital humano e a formação para o trabalho simples no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/KUENZER.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

LANCILLOTTI, S. S. P. **A construção histórica do processo de trabalho docente**. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia e História da Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

PAIVA, P. V. **Educação popular e educação de adultos**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PIRES, M. G. L. **A educação dos trabalhadores na sociabilidade do capital: estudo a partir do Projovem Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2007.



PIRES, M. G. L. **Novos marcos de dualismo educacional na sociedade contemporânea: o caso do Projovem Urbano Fortaleza.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – FACED- UFC, Fortaleza, 2011.

RUMMERT, S. M.; GASPAR, L. da. S. Projovem Urbano: proposta ambiciosa e pequena política no vácuo de um Sistema Nacional de Educação. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. II, n. 03, p. 397-424, jul./dez. 2017.

SANTOS, S. N. **O desvelamento do discurso da inclusão no programa governamental Projovem Urbano.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

SAVIANI, D. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

THOMAZINI, J. **Projovem Urbano: conceitos de juventude, participação e cidadania e suas contradições.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Rio Claro, SP, 2017.

## Notas

<sup>1</sup> Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Professor efetivo da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (REE/MS). Contato: [contatejean@gmail.com](mailto:contatejean@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Sênior no Programa de Pós-Graduação em Educação- Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Contato: [ssplotti@gmail.com](mailto:ssplotti@gmail.com)

<sup>3</sup> Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida.

<sup>4</sup> É salutar reiterar que as fontes utilizadas neste estudo foram das mais variadas. Assim sendo, compreende-se que as referências que os autores fazem aos nomes dos Programas operacionalizados a partir dos anos de 2005 e 2008 podem causar confusão, principalmente, quando considerado que o Projovem Urbano é resultante do Projovem Original. Desse modo, cumpre explicitar que a denominação Projovem Integrado se justifica pela proposta de um currículo integrado em três dimensões, Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã e pelo desenvolvimento de ações articuladas entre diferentes ministérios, tais como Ministério da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento, bem como representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República. Ressalta-se, ainda, que dentre as modalidades oferecidas por meio do Projovem Integrado será destacado o Projovem Urbano como cerne das discussões que abarcam esse estudo.

<sup>5</sup> O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - Projovem foi criado como uma ação integrante da Política Nacional de Juventude lançada pelo governo federal em 2005 e implantado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (BRASIL, 2008, p. 22). No entanto, constatou-se a necessidade de reformulação da proposta pedagógica, pois segundo o PPI do Projovem Urbano, evidenciou-se a relevância de “ampliar o alcance do Programa para cidades menores”, pois os jovens estavam mais dispersos geograficamente que o esperado e, “ampliar a faixa etária atendida pelo Projovem” de modo a contemplar os jovens de 18 a 29 anos. (BRASIL, 2008, p. 27).

<sup>6</sup> A teoria do capital humano foi formulada por Theodore Willian Schultz em meados dos anos de 1950 e refuncionalizada no contexto presente. A esse respeito, Lancillotti (2008, p. 266, grifo do autor) salienta: “Se nas



suas origens tal teoria propugnava o investimento em capital humano para que a economia nacional se fortalecesse, nos anos noventa do século XX, o investimento que se defende é o pessoal. Sob a perspectiva do *aprender a aprender* o investimento em capital humano é revertido para a esfera individual: cada um deve investir em si mesmo para assegurar a condição de empregabilidade diante de um mercado de trabalho em refluxo, uma vez que não há trabalho para todos e que é possível ampliar a produção de mais-valia com menor inversão de capital variável, possibilidade assegurada pelos avanços estruturais da sociedade.”

<sup>7</sup> Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal do Paraná (UFPR). (BRASIL, 2008, p. 25-26).

<sup>8</sup> Conforme estatísticas apresentadas no PPI, algumas das indicações para justificar a não permanência dos jovens no curso estão relacionadas às seguintes circunstâncias: “[...] do total de jovens de 18 a 24 anos residentes nas regiões metropolitanas e com 4 a 7 anos de estudo, menos de 40% vivem com os pais na condição de filhos; 25% são referência ou arrimo de família; 22% estão na condição de cônjuge. Boa parte é responsável pela manutenção e guarda de filhos. A necessidade de trabalhar, ainda que sem carteira profissional assinada ou em atividade informal, mostra-se de fato como uma das principais barreiras ao esforço de recrutamento e permanência no curso. Em alguns casos, a própria obtenção do emprego com carteira assinada foi indicada como causa de evasão do Programa.” (BRASIL, 2008, p. 31).

<sup>9</sup> As quatro unidades formativas ofertadas no Projovem Original correspondiam respectivamente aos seguintes eixos estruturantes: Unidade Formativa I: Juventude e Cidade, Unidade Formativa II Juventude e Trabalho, Unidade Formativa III: Juventude e Comunicação e Unidade Formativa IV: Juventude e Cidadania.

<sup>10</sup> De acordo com o PPI do Projovem Urbano: “[...] As horas não-presenciais são dedicadas às leituras e atividades das unidades formativas e à elaboração de planos e registros – individualmente ou em pequenos grupos – nos espaços e tempos mais convenientes aos estudantes.” (BRASIL, 2008, p. 79).

<sup>11</sup> Segundo Lancillotti (2008, p. 193, grifo do autor “É importante destacar que as fileiras do trabalho são reguladas pelo exército industrial de reserva, que, ampliado, disponibiliza para o capital, em condições muito vantajosas, uma força de trabalho gigantesca. O trabalhador aceita condições ainda mais precárias de exploração, dada a grande dificuldade que encontra para vender sua força de trabalho. Esse aspecto das transformações do mundo do trabalho tem sido entendido como **precarização do trabalho**, uma tautologia, pois o trabalho sob o capital só pode mesmo ser precário.”

<sup>12</sup> De acordo com Bilio (2017, p. 159), “A política de precarização e da rotatividade do trabalho docente já estava declarada antes da possível evasão, que funcionou como duplo viés de culpabilização: os alunos, por terem evadido do programa; e os professores, por não conseguirem manter os jovens no PJU. Os educadores tentavam fazer um trabalho denominado ‘resgate de alunos’ – aqueles que não estavam frequentando o programa ou que pretendiam abandoná-lo -, mas as condições estruturais do insucesso do PJU foram atribuídas a eles da forma mais cruel.”